



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 006/2022**

**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento público para o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), COM PRIORIDADE ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta do contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

**1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA**

**1.1 LOCAL:** Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

**1.2 DATA:** 17 de novembro de 2022.

**1.3 HORÁRIO:** 9 horas.

**1.4** Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 054/2022.

**1.5.** Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

**2. EMBASAMENTO LEGAL, JUSTIFICATIVA e FORMALIZAÇÃO DO PREÇO**

**2.1.** O presente credenciamento será regido pela Constituição Federal de 1988, Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Complementar 101 de 04/05/00, Portaria nº 1.034, de 5 de maio de 2010, Lei nº 2366/2019, Lei Orgânica Municipal e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, Decreto Municipal nº 18.662/2022, Plano Operativo Anual 2021/2022, Programação Anual de Saúde 2022, inclusive, as normas e portarias editadas pelo Ministério da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas.

**2.2. JUSTIFICATIVA:**

a) Considerando que o município possui apenas 1 médico concursado na especialidade de psiquiatria e não houveram candidatos inscritos no Processo Seletivo



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

Simplificado – PSS nº 001/2022, visava a contratação de 2 (dois) profissionais na especialidade. Está em tramitação a realização de concurso público;

b) Considerando a ampliação dos serviços em saúde mental no município, com abertura do Ambulatório em Saúde Mental – AMENT e os atendimentos já prestados no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

c) Considerando o déficit de profissionais na especialidade, há demanda reprimida para tanto para a primeira consulta quanto para retornos, sendo o tempo de espera para agendamento de aproximadamente quatro meses, sendo que foram atendidos até o mês de maio de 2022 o total de 538 pacientes, tratando-se de pacientes de médio risco que necessitam de atendimento com maior agilidade;

c) Considerando ainda que no município no ano de 2021 houveram 8 óbitos decorrentes de suicídio e em 2022 ocorreram várias tentativas de suicídio; além de casos de usuários de álcool e drogas que contribuem nas ocorrências de suicídios.

d) Diante do exposto, é de extrema importância a realização de Chamada Pública para contratação de profissional nesta especialidade ampliando o atendimento, garantindo assim o acesso em tempo oportuno aos serviços de saúde mental.

**2.3. DO PREÇO:** O preço foi balizado conforme a Tabela de Consultas Especializadas e Tabela de Procedimentos Cirúrgicos emitida pela Secretaria Municipal de Saúde aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde e Homologadas pelo prefeito, conforme Decreto Municipal nº 18.662/2022.

**2.4. DO CRITÉRIO:** As tabelas de custos foram baseadas em estudos junto a editais e contratos de outros municípios, como de Capanema e Céu Azul (Anexo).

**2.5. ÉTICA:** O contratado deverá cumprir o Termo de Ética dos Servidores Públicos do Município de Dois Vizinhos, conforme previsto no Decreto nº 16549/2020, artigo 27, alínea “D” de acordo com os princípios e critérios de conduta nele estabelecidos.

### 3. DO OBJETO

**3.1.** O presente Chamamento Público tem por OBJETO o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), COM PRIORIDADE ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, de acordo com o Anexo I deste edital.

**3.2.** Descrição dos serviços a serem credenciados:

Item	Descrição do serviço	Qtde	Valor unitário	Valor mensal
1	Consulta médica na especialidade de psiquiatria.	400	R\$ 130,00	R\$ 52.000,00



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

#### 4. DO VALOR

**4.1.** O valor estimado para esta Chamada Pública é de **R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais)**.

**4.1.1** O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor dos Contratados, que só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

#### 5. DO ACESSO

**5.1.** O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos, pessoas jurídicas, prestadoras dos serviços na área de saúde, conforme o objeto deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da assinatura do edital de Chamamento/Credenciamento Público n.º 006/2022.

**5.2.** Havendo mais que uma empresa credenciada os serviços e os valores serão rateados.

**5.3.** Dentre as propostas das proponentes será dada preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, conforme art. 4º da Portaria 1.034/2010.

**5.4.** Estabelecida a capacidade de atendimento destas entidades e persistindo a necessidade de complementação do serviço, está o credenciamento aberto a todas as pessoas jurídicas prestadoras dos serviços pertinentes ao edital, respeitando a ordem de chegada dividindo-se os atendimentos por meio de rateio conforme o número de interessados.

**5.5.** Caso não haja nenhuma entidade filantrópica e sem fins lucrativos o credenciamento será por meio de rateio entre todas as empresas credenciadas.

#### 6. DA INSCRIÇÃO

**6.1.** As empresas interessadas deverão se inscrever no processo de Chamamento/Credenciamento Público n.º 006/2022, apresentando os documentos elencados no **item 09** do presente chamamento, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município.

**6.2.** Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital, sendo que a abertura dos envelopes dar-se-á a partir do dia **17 de novembro de 2022, as 9 horas**.

**6.3.** Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer momento, sendo a contratação de acordo com a necessidade dos serviços.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**6.4.** Os interessados deverão entregar os Envelopes na sede da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, sito a Avenida Rio Grande do Sul, 130, centro do Município.

**6.5.** A abertura dos envelopes dar-se-á no local acima mencionado, obedecendo a ordem de entrega dos mesmos.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

**7.1.** Poderão participar do presente Chamamento Público todas as empresas interessadas no ramo de atividade que preencham as condições exigidas neste edital.

**7.2.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

**7.2.1.** Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

**7.2.2.** Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

**7.2.3.** Empresas que tenham como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) na esfera governamental da Administração Municipal;

**7.2.4.** Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal/INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT;

**7.2.5** Pessoas físicas, sem empresa constituída

**7.3.** A participação terá preferência seguindo a ordem: entidades filantrópicas, entidades privadas sem fins lucrativos, e por fim entidades privadas;

**7.4.** Para o rateio da necessidade de prestação do serviço serão priorizadas as entidades filantrópicas até o limite de sua capacidade, na sequência, da mesma forma, as entidades privadas sem fins lucrativos e finalmente as entidades privadas com fins lucrativos. No caso de empate será realizado sorteio.

## **8. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

**8.1.** As impugnações aos termos do presente edital deverão obedecer aos critérios do artigo 41, da Lei n.º 8.666/93.

**8.1.1** As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**8.1.2** A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: [claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br).

## 9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

**9.1.** Para o credenciamento, os interessados, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo:

### 9.1.1 Habilitação Jurídica:

**a)** *Se representante legal*, deverá apresentar: o estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado**, ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

**a.1)** Da apresentação do Estatuto Social deverá ser apresentado juntamente a Ata de nomeação da Diretoria em exercício;

**b)** *Se procurador* deverá apresentar: Instrumento público ou particular de procuração, este com assinatura do representante legal que constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso) no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga, sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação;

**c)** *Tratando-se de credenciado*, a carta de credenciamento (**conforme anexo V**) devidamente assinada pelo representante legal que constem poderes específicos para interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do estatuto social, **contrato social com todas as alterações ou consolidado** ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou Cartório (conforme o caso), no qual estejam expressos os poderes do mandante para a outorga sendo o objeto social deste compatível ao objeto desta licitação.

**9.1.1.1** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

### 9.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

**a)** prova de regularidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

**a.1)** a prova de regularidade com a **Fazenda Federal** será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida



# Município de Dois Vizinhos

## Estado do Paraná

Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

**a.2)** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

**a.3)** a prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.

**b)** prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

**c)** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**).

**d)** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**);

**e)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**ALVARÁ**), relativo ao domicílio ou sede da Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

### 9.1.3 Qualificação Econômico-Financeira

**a)** Certidão negativa de **falência** expedida pelo(s) cartório(s) distribuidor(es) da sede da proponente, expedida a menos de 90 (noventa) dias da data da abertura do Chamamento Público.

**a.1)** no caso de empresa em recuperação judicial será necessária uma certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (TCU Acórdão 1201/2020).

**b) Balanço Patrimonial** e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. (Registrado nos órgãos competentes);

A validade do Balanço aceito para essa licitação é:

até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço na versão ECD. até o último dia útil do mês de abril do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração para os que optarem por apresentar o balanço nas demais versões ou seja não ECD.





# Município de Dois Vizinhos

## Estado do Paraná

Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 1 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);

O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis - obrigatória a DRE, com o devido registro na \*Junta Comercial.

\*já para as empresas que optaram pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED é necessário a apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

### 9.1.4 Qualificação Técnica:

- a) Registro junto ao CRM – Conselho Regional de Medicina do(s) profissional(is).
- b) **Diploma de Conclusão em Curso de Graduação reconhecido pelo MEC e Certificado de Conclusão de Especialista**, do(s) profissional(is) que realizará(ão) o(s) procedimento(s);
- c) Declaração de responsabilidade técnica (Anexo VI) indicando o(s) profissional(is) responsável(is) pela prestação dos serviços. O(s) mesmo(s) não poderá(ão) ser substituído(s) sem expressa autorização do Contratante;
- d) Comprovação do vínculo empregatício entre o(s) profissional(is), e a proponente, podendo ser através de:
  - \*Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, com identificação da empresa.
  - \*Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma.
  - \*Se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de Prestação de Serviço;

### 9.1.5 Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

**9.2.** Todos os documentos solicitados neste Chamamento deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas em cartório ou por servidor municipal designado para tal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação;

**9.3.** Para os documentos emitidos via INTERNET, a Comissão Permanente de Licitação, antes da Habilitação da proponente, comprovará a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**9.4.** Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso da participação no certame de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão permanente de licitação, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

**9.5.** Todos os documentos devem ser impressos preferencialmente em papel reciclável.

#### **10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇO**

**10.1.** Os envelopes contendo **documentos de habilitação e Proposta de Serviços**, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2022**  
**ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇOS**  
**PROPONENTE:** \_\_\_\_\_

#### **11. PROPOSTA**

**11.1.** Contida no Envelope, devidamente assinada por seu responsável legal, em papel timbrado, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, não podendo conter erros rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, caso a Comissão de Licitação entenda ser relevante tal falta, ou que comprometa a lisura do certame e deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital. **(Conforme anexo III).**

#### **12. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO**

**12.1.** A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 054/2022, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem propostas desconformes ou incompatíveis.

#### **13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**13.1.** Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, sendo que a proponente deverá comprometer-se a atender todos os requisitos que dizem respeito a execução do item, ao qual apresentar proposta.

**13.2.** Havendo mais que uma empresa credenciada para cada item os serviços e os valores serão rateados.

**13.3.** Dentre as propostas das proponentes será dada preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, conforme art. 4º da Portaria 1.034/2010.





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**13.4.** Estabelecida a capacidade de atendimento destas entidades e persistindo a necessidade de complementação do serviço, está o credenciamento aberto a todas as pessoas jurídicas prestadoras dos serviços pertinentes ao edital, respeitando a ordem de chegada dividindo-se os atendimentos por meio de rateio conforme o número de interessados.

**13.5.** Caso não haja nenhuma entidade filantrópica e sem fins lucrativos o credenciamento será por meio de rateio entre todas as empresas credenciadas.

#### **14. GESTÃO e FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** Do(a) gestor(a): Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) serviço(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

**14.2.** Do fiscal do contrato/ordem de serviço/nota de empenho: Caberá a fiscalização do(s) serviço(s) ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

**14.3.** Do suplente de fiscal: Sra. Andrea Regina Pellin Cagnini.

**14.4.** A fiscalização por parte do CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

**14.5.** Havendo irregularidades na execução do objeto do presente edital e contrato, o CONTRATADO será notificado, oportunizando sua manifestação e determinação de prazo para regularização da ocorrência. Caso não haja sucesso na solução da problemática ou mesmo verificando descumprimento do pactuado, será encaminhado processo para apuração de penalidade administrativa ao órgão responsável, fazendo constar o descumprimento pactuado e cópias das comunicações enviadas ao CONTRATADO e suas respostas, bem como o prejuízo acarretado ao CONTRATANTE;

**14.6.** As atribuições do gestor e fiscal será de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente avaliar a qualidade da atenção à saúde dos usuários.

**14.7.** O CONTRATADO fica obrigado a fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, quando solicitado pelo gestor e fiscal.

**14.8.** A qualquer momento da vigência deste contrato os representantes do CONTRATANTE e Conselho Municipal de Saúde, poderão verificar condições de higiene, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem na execução dos serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes.

**14.9.** A existência de gestor e fiscal mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**14.10.** A Secretaria Municipal de Saúde juntamente com o Conselho Municipal de Saúde, realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas. Todas as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

## **15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**15.1.** Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

**15.2.** O recurso limitar-se-á as questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

**15.3.** O recurso deverá ser entregue junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná - PR - CEP 85.660-000 e ou encaminhado via e-mail para: [claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:claudinei.schreiber@doisvizinhos.pr.gov.br), aos cuidados da Comissão de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do(a) Gestor(a), que terá igual prazo para análise e decisão;

**15.4.** Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos;

**15.5.** Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios;

**15.6.** Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;

**15.7.** Decidido em todas as instâncias administrativas sobre o(s) recurso(s) interposto(s), o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.

## **16. DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**16.1.** Homologado o objeto do presente Chamamento, o MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar(em) o contrato em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**17.1.** As consultas deverão ser realizadas conforme agenda das Unidades de Saúde, na sede da contratante, sendo:

a) CAPS – Rua do Comércio, 1250 – São Francisco de Assis;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

b) AMENT – Rua Juvêncio Piana, 272 – Centro Sul;

## 18. DA VIGÊNCIA

**18.1.** Conforme Lei Municipal 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

**18.2.** O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 19 de setembro de 2023.

## 19. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**19.1.** Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos com verbas das receitas da Fonte 494 – CAPS, Saúde Mental e Recursos Livres.

**19.2.** As despesas com a execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03680	08.001.10.301.0007.2044	00000
03690	08.001.10.301.0007.2044	00494

### 19.3. FONTES RECURSOS:

- a) Recursos livres.
- b) Saúde Mental CAPS - Fonte 494.

## 20. DAS CONDIÇÕES DE PROCESSAMENTO E DO PAGAMENTO

**20.1.** Os valores das consultas especializadas serão pagos mediante apresentação de relatórios de consultas realizadas no mês de referência.

**20.2.** A contratação não diz respeito há previsão de crédito, sendo que os serviços serão pagos quando efetivamente prestados, autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde;

**20.3.** O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do(a) fiscal e gestor(a) do contrato da nota fiscal e seus anexos.

**20.4.** A empresa credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supra citadas, deverá



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

**20.5. Deverá constar na nota fiscal:**

Número do Chamamento Público.

Número do Contrato.

Número do Aditivo/Apostilamento (se houver).

Dados bancários para pagamento.

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

**21. DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE**

**21.1.** Em caso de prorrogação do presente chamamento o valor dos serviços permanecerá o mesmo, podendo ser reajustado com base em análise técnica da Secretaria Municipal de Saúde, aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde e Homologação pelo Executivo Municipal.

**21.2.** O contrato poderá ser alterado/reajustado mediante a celebração de termo aditivo ou de apostilamento, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado. Poderão ocorrer aditivos:

- a) Pela ocorrência de nova habilitação;

**22. DO DESCREDENCIAMENTO e/ou DA RESCISÃO**

**22.1.** A CONTRATANTE poderá descredenciar a credenciada conforme os motivos seguintes:

**22.1.1.** O não cumprimento de cláusulas do chamamento, especificações ou prazos;

**22.1.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

**22.1.3.** A lentidão no seu cumprimento;

**22.1.4.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**22.1.5.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei Federal 8.666/93;

**22.1.6.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**22.1.7.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto.

**22.2.** O descredenciamento da proponente poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**22.3.** Em caso unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a CONTRATANTE comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**23.1.** A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante credenciada as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

**23.2.** As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

**23.3.** A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

**23.4.** A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

**23.5.** Com fundamento no artigo 154 da Lei Estadual n.º 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.

**23.6.** Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

**23.7.** Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal n.º 8.078 de 11/09/90;

**23.8.** Se discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

#### **24. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**24.1.** Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal n.º 16480 de 30 de julho de 2020.

**24.2.** Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos/registro de preços:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato/registro de preços dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato/registro de preços administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## **25. CASOS OMISSOS**

**25.1.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

**25.2.** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste chamamento, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, cabendo recurso.

## **26. DO CONTRATO**

**26.1.** A(s) quantidade(s) poderá(ão) ser alterada(s) com a devida justificativa dentro dos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**26.2.** O contrato a ser assinado obedecerá às cláusulas e condições do Edital, da minuta do Contrato e demais anexos.

**26.3.** O CREDENCIADO deverá firmar o Contrato no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data da convocação.

**26.4.** Na hipótese do credenciado se recusar a assinar o Contrato, a Comissão de Licitação fará o descredenciamento e a Secretaria Municipal de Saúde poderá repassar a(s) cota(s) dos serviços, que foi(ram) destinada(s) ao referido contrato, para os demais credenciados.

**26.5.** O presente Edital e a Proposta da Licitante integrarão o Contrato independentemente de transcrição.

## **27. DO FORO**

**27.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

**27.2.** Todas e quaisquer alterações referentes a este edital estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: [www.doisvizinhos.pr.gov.br](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br).

**27.3.** O(a) Presidente da Comissão, mediante juízo de razoabilidade poderá interpretar as cláusulas constantes no presente edital de forma abrangente, objetivando escolher a proposta mais vantajosa à Administração, respeitando o Princípio da Competitividade, bem como o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular.

## **28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**28.1.** Quaisquer informações ou dúvidas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Dois Vizinhos, no Departamento de Licitações, aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Licitações.

**28.2.** A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

**28.3.** Poderá o Município revogar o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

**28.4.** O Município deverá anular o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

**28.5.** A anulação do procedimento de Credenciamento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

**28.6.** Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde.

**28.7.** Decairá o direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o início a abertura dos envelopes de habilitação.

**28.8.** A publicação do resultado do credenciamento será no Diário Oficial do Município.

**28.9.** Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Contrato de Prestação de Serviços;

Anexo III - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V – Carta de Credenciamento;

Anexo VI – Declaração de Responsabilidade Técnica.

Dois Vizinhos, 19 de setembro de 2022.

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito

**Claudinei Schreiber**  
Presidente



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), COM PRIORIDADE ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.**

**1. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO/SERVIÇO**

Segue abaixo descrição dos serviços a serem licitados:

Item	Descrição do serviço	Qtde	Valor unitário	Valor mensal
1	Consulta médica na especialidade de psiquiatria.	400	R\$ 130,00	R\$ 52.000,00

**2. VALOR:** O valor estimado para esta Chamada Pública é de **R\$ 624.000,00 (seiscentos e vinte e quatro mil reais)**. O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor dos Contratados, que só farão jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

**3. VIGÊNCIA:** Conforme Lei Municipal 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração. O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 19 de setembro de 2023.

**4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal da Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento dos serviços, assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelos credenciados.

**4.1 FISCAL DO CONTRATO/ORDEM DE SERVIÇO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE/NOTA DE EMPENHO:** Caberá a fiscalização do contrato/ordem de serviço ou documento equivalente ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

**4.2 SUPLENTE DE FISCAL:** Sr. Andrea Regina Pellin Cagnini.

**5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** As consultas deverão ser realizadas conforme agenda das Unidades de Saúde, na sede da contratante, sendo:

- a) CAPS – Rua do Comércio, 1250 – São Francisco de Assis;
- b) AMENT – Rua Juvêncio Piana, 272 – Centro Sul;

**6. DAS OBRIGAÇÕES:**

**6.1 DA CONTRATADA:**

- a) A execução dos serviços está condicionada a assinatura do contrato de credenciamento e local de execução dos serviços será nas instalações da



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

contratante e as condições de execução devem seguir as normas da Secretaria Municipal de Saúde;

- b) Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- c) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de Serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal;
- d) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário a execução do serviço;
- e) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar aos pacientes;
- f) Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- g) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pelo Município de Dois Vizinhos;

## 6.2 DO CONTRATANTE

- a) Fiscalizar, de forma permanente, a prestação de serviços pelos credenciados, podendo proceder o descredenciamento, em casos de má prestação dos serviços contratados, com garantia de ampla defesa da contratada;
- b) Efetuar o pagamento dos serviços após a apresentação da Nota Fiscal devidamente autorizada após auditoria da documentação apresentada.

## 7. FONTE DA DESPESA:

- Recursos livres.
- Saúde Mental CAPS - Fonte 494.

7.1 As despesas com a execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03680	08.001.10.301.0007.2044	00000
03690	08.001.10.301.0007.2044	00494

## 8. PAGAMENTO:

8.1 Os valores das consultas especializadas serão pagos mediante apresentação de relatórios de consultas realizadas no mês de referência;



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

**8.2** A contratação não diz respeito há previsão de crédito, sendo que os serviços serão pagos quando efetivamente prestados, autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde;

**8.3** O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do(a) fiscal e gestor(a) do contrato da nota fiscal e seus anexos.

**8.4** A empresa credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supra citadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

**8.5 Deverá constar na nota fiscal:**

Número do Chamamento Público.

Número do Contrato.

Número do Aditivo/Apostilamento (se houver).

Dados bancários para pagamento.

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito

**Claudinei Schreiber**  
Presidente





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO nº ....2022**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**, Estado do Paraná, neste ato representado pelo senhor **LUIS CARLOS TURATTO**, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa ....., CNPJ/MF nº ....., com sede à Rua....., Cidade de ....., Estado do ....., E-mail:..... e telefone: (....)....., neste ato representada pelo Senhor....., inscrito no CPF nº ....., aqui denominada simplesmente de **CONTRATADA**, o presente contrato será regido pela Constituição Federal de 1988, Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Complementar 101 de 04/05/00, Portaria nº 1.034, de 5 de maio de 2010, Lei nº 2366/2019, Lei Orgânica Municipal e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, Decreto Municipal nº 18.662/2022, Plano Operativo Anual 2021/2022, Programação Anual de Saúde 2022, inclusive, as normas e portarias editadas pelo Ministério da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, COM PRIORIDADE ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS E DO VALOR**

Descrição dos serviços a serem credenciados:

Item	Descrição do serviço	Qtde	Valor unitário	Valor mensal
1	Consulta médica na especialidade de psiquiatria.		R\$ 130,00	R\$ .....

**Parágrafo Primeiro**

O valor total estimado para este contrato é de R\$ ..... (.....).

**Parágrafo Segundo**

O valor estimado não implica em nenhuma previsão de crédito em favor do Contratado, que só fará jus aos valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES**

**Parágrafo Primeiro - DA CONTRATADA:**

- a) A execução dos serviços está condicionada a assinatura do contrato de credenciamento e local de execução dos serviços será nas instalações da contratante e as condições de execução devem seguir as normas da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- c) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de Serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal;
- d) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário a execução do serviço;
- e) Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar aos pacientes;
- f) Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- g) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pelo Município de Dois Vizinhos;

**Parágrafo Segundo - DO CONTRATANTE**

- a) Fiscalizar, de forma permanente, a prestação de serviços pelos credenciados, podendo proceder o descredenciamento, em casos de má prestação dos serviços contratados, com garantia de ampla defesa da contratada;
- b) Efetuar o pagamento dos serviços após a apresentação da Nota Fiscal devidamente autorizada após auditoria da documentação apresentada;

**CLÁUSULA QUARTA - CONDOTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**Parágrafo Primeiro**

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, conforme Decreto Municipal nº 16480 de 30 de julho de 2020.

**Parágrafo Segundo**

Conforme disposto no Decreto Municipal 16480/2020 em seu Art. 4º Constituem atos lesivos à administração pública, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

## **CLÁUSULA QUINTA - GESTÃO e FISCALIZAÇÃO**

### **Parágrafo Primeiro**

Do(a) gestor(a): Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) serviço(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

### **Parágrafo Segundo**

Do fiscal do contrato/ordem de serviço/nota de empenho: Caberá a fiscalização do(s) serviço(s) ao Sr(a). Rafael Rugério Dutra; sendo nomeado(a) como suplente de fiscal: Sr(a). Andrea Regina Pellin Cagnini.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

**Parágrafo Terceiro**

A fiscalização por parte do CONTRATANTE não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades do CONTRATADO em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

**Parágrafo Quarto**

Havendo irregularidades na execução do objeto do presente contrato, o CONTRATADO será notificado, oportunizando sua manifestação e determinação de prazo para regularização da ocorrência. Caso não haja sucesso na solução da problemática ou mesmo verificando descumprimento do pactuado, será encaminhado processo para apuração de penalidade administrativa ao órgão responsável, fazendo constar o descumprimento pactuado e cópias das comunicações enviadas ao CONTRATADO e suas respostas, bem como o prejuízo acarretado ao CONTRATANTE;

**Parágrafo Quinto**

As atribuições do gestor e fiscal será de acompanhar a execução do presente contrato, principalmente avaliar a qualidade da atenção à saúde dos usuários.

**Parágrafo Sexto**

O CONTRATADO fica obrigado a fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades, quando solicitado pelo gestor e fiscal.

**Parágrafo Sétimo**

A qualquer momento da vigência deste contrato os representantes do CONTRATANTE e Conselho Municipal de Saúde, poderão verificar condições de higiene, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem na execução dos serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes.

**Parágrafo Oitavo**

A existência de gestor e fiscal mencionada nesta Cláusula não impede nem substitui as atividades próprias da regulação e auditoria.

**Parágrafo Nono**

A Secretaria Municipal de Saúde realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de auditorias, comunicações escritas, visitas e outras atividades correlatas. Todas as ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado. O Conselho Municipal de Saúde deverá ser informado eventuais ocorrências que estejam em desacordo com as cláusulas contratuais.

**CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE PROCESSAMENTO E PAGAMENTO**

**Parágrafo Primeiro**

Os valores das consultas especializadas serão pagos mediante apresentação de relatórios de consultas realizadas no mês de referência.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**Parágrafo Segundo**

A contratação não diz respeito há previsão de crédito, sendo que os serviços serão pagos quando efetivamente prestados, autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde;

**Parágrafo Terceiro**

O pagamento somente será efetuado após o recebimento e aceitação por parte do(a) fiscal e gestor(a) do contrato da nota fiscal e seus anexos.

**Parágrafo Quarto**

A empresa credenciada deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supracitadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

**Parágrafo Quinto**

**Deverá constar na nota fiscal:**

Número do Chamamento Público.

Número do Contrato.

Número do Aditivo/Apostilamento (se houver).

Dados bancários para pagamento.

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE**

**Parágrafo Primeiro**

O contrato poderá ser alterado/reajustado mediante a celebração de termo aditivo ou de apostilamento, ressalvado o seu objeto que não pode ser modificado. Poderão ocorrer aditivos:

- a) Pela ocorrência de nova habilitação;

**CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Parágrafo Primeiro**

Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos com verbas das receitas da Fonte 494 – CAPS, Saúde Mental e Recursos Livres.

**Parágrafo Segundo**

As despesas com a execução deste edital correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03680	08.001.10.301.0007.2044	00000
03690	08.001.10.301.0007.2044	00494



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

---

**Parágrafo Terceiro - FONTES RECURSOS:**

- a) Recursos livres.
- b) Saúde Mental CAPS - Fonte 494.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

**Parágrafo Primeiro**

A CONTRATANTE poderá rescindir o contrato com a credenciada conforme os motivos seguintes:

- a) O não cumprimento de cláusulas do chamamento e contrato, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento;
- d) O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei Federal 8.666/93;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do objeto.

**Parágrafo Segundo**

A rescisão do contrato com a proponente poderá ser por acordo entre as partes ou determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**Parágrafo Terceiro**

Em caso unilateral, obrigam-se às partes a providenciar aviso prévio, assegurado o prazo necessário à realização de novo credenciamento, devendo a CONTRATANTE comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e a CONTRATADA comunicar o descredenciamento com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo Primeiro**

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, a administração municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;





Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

III - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de má execução do objeto, que deve ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante e ainda sem prejuízo das demais penalidades previstas na lei nº 8.666/93;

IV - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual;

V - A licitante credenciada que deixar de assinar o contrato, não mantiver sua proposta, deixar de entregar documentação necessária ou apresentar documentação falsa exigidas em todas as fases contratuais, ensejar o retardamento da execução do certame, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública e, será descredenciado junto aos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata e das demais cominações legais;

#### **Parágrafo Segundo**

As sanções previstas nos incisos "I e V" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II a IV, facultada a defesa prévia do licitante, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

#### **Parágrafo Terceiro**

A multa devida será descontada dos pagamentos devidos pela prefeitura do município de Dois Vizinhos ou quando for o caso, cobrada judicialmente;

#### **Parágrafo Quarto**

A critério da administração municipal, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pela empresa detentora do contrato, por escrito, no prazo máximo até 5 (cinco) dias da ocorrência do evento e aceito pela prefeitura do município de Dois Vizinhos, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

#### **Parágrafo Quinto**

Com fundamento no artigo 154 da lei estadual nº 15.608/2007, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ao licitante que:

I) Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

II) Não mantiver a sua proposta.



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**Parágrafo Sexto**

Caberá multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela administração, a assinar contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a prefeitura do município de Dois Vizinhos, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

**Parágrafo Sétimo**

Além das já especificadas neste instrumento sujeitam-se a contratada inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no código de defesa do consumidor - Lei Federal nº 8.078 de 11/09/90;

**Parágrafo Oitavo**

e discordar das penalidades que porventura lhe tenham sido aplicadas, poderá a contratada apresentar recurso, sem efeito suspensivo, à autoridade competente através da que lhe tenha dirigido a respectiva notificação, desde que o faça devidamente fundamentado e dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO****Parágrafo Primeiro**

Conforme Lei Municipal 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

**Parágrafo Segundo**

O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 19 de setembro de 2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, principalmente referente ao Contrato, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Saúde.

Dois Vizinhos, ..... de ..... de 2022

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito

**Empresa**  
CNPJ



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

ANEXO III  
 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), COM PRIORIDADE ÀS ENTIDADES FILANTRÓPICAS, ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS OU EMPRESAS PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PSIQUIATRIA DE FORMA COMPLEMENTAR A REDE DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS.**

A proponente deverá deixar na proposta apenas a quantidade de consultas bem como os valores respectivos definido no edital que irá se credenciar para executar.

Item	Descrição do serviço	Qtde	Valor unitário	Valor mensal
1	Consulta médica na especialidade de psiquiatria.		R\$ 130,00	

Da quantidade: a quantidade máxima a ser contratada é a de 400 consultas mensais.

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Contratada;

Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e termina no dia 19 de setembro de 2023;

Razão social:

Nº do CNPJ:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme quantidades e valores estabelecidos no Edital.

Dois Vizinhos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável CPF:



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná  
 Ref.: Chamamento nº 006/2022

**RAZÃO SOCIAL e CNPJ:** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

**NOME DA FANTASIA:** .....  
**RAMO DE ATIVIDADE Nº:** .....  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** .....  
**INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:** .....

4- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** dirigente desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6- Declaramos que em atendimento ao item 13 do Prejulgado nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, não possuímos e não contrataremos empregados com incompatibilidades com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento.

7- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

**E-mail:** \_\_\_\_\_  
**Telefone: ( )** \_\_\_\_\_



Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8- Declaramos que nos responsabilizamos pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concordamos em prestar os serviços objeto deste edital conforme valores contratantes na proposta apresentada, sem cobrança adicional.

9- Declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder judicialmente pelas inconsistências encontradas.

10- Declaramos que o preposto da nossa empresa será: nome \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, e-mail para contato \_\_\_\_\_, número fone fixo se houver para contato \_\_\_\_\_, número fone celular \_\_\_\_\_. (Em caso de alteração das informações descritas na declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficial o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

11- Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

12- Declaramos que nos comprometemos em manter as condições de habilitação e qualificação profissional e técnica durante a vigência do nosso credenciamento.

..... de 2022.  
 Local e Data

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Responsável  
 Carimbo com nº CNPJ



Município de  
**Dois Vizinhos**  
Estado do Paraná

**ANEXO V**  
**CARTA DE CREDENCIAMENTO**  
(modelo de declaração)

**À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos**  
**Comissão de Licitações**  
**Ref.: Chamamento Público n.º 006/2022**

A empresa ..... estabelecida  
..... inscrita no CNPJ nº.....  
através do presente, credenciamos o Sr....., portador da  
cédula de identidade nº..... do CPF nº.....  
a participar da licitação instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, Chamamento  
Público n.º 006/2022, na qualidade de Responsável Legal, outorgando-lhe plenos  
poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como praticar todos os demais  
atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura devidamente identificada do  
Responsável legal da licitante





Município de  
**Dois Vizinhos**  
 Estado do Paraná

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a legislação vigente declara que o responsável técnico pelos serviços é:

Nome	Especialidade	CRM ou Órgão de classe	Data do Registro	Assinatura

Declaramos, igualmente, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

....., ..... de ..... de 2022

\_\_\_\_\_  
 Assinatura devidamente identificada do  
 Responsável legal da licitante